

# Banco Randon S.A.

Demonstrações financeiras  
consolidadas do  
conglomerado prudencial  
de 30 de junho de 2021  
com Relatório do Auditor  
Independente

# Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.....	1
Demonstrações financeiras consolidadas auditadas	
Balanco patrimonial .....	5
Demonstração do resultado .....	7
Demonstração do resultado abrangente .....	8
Demonstração do fluxo de caixa - método indireto.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.....	11

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial**

Aos  
Acionistas e ao Conselho de Administração do  
**Banco Randon S.A.**  
Caxias do Sul - RS

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Randon S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritos na Nota Explicativa nº 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Randon S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Ênfase**

### *Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às referidas demonstrações financeiras que divulgam que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

## **Outros assuntos**

### *Demonstrações do Resultado Abrangente (DRA)*

As demonstrações do resultado abrangente (DRA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar às disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional e na Resolução nº 2 do Banco Central do Brasil. Em nossa opinião, essas demonstrações do resultado abrangente foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa resolução e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial tomadas em conjunto.

### *Demonstrações financeiras individuais*

O Banco Randon S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 09 de agosto de 2021.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessário para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better  
working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 27 de agosto de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/F-7

Américo F. Ferreira Neto  
Contador CRC-1SP192685/O-9

## Balanço patrimonial

(Em milhares de reais)

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
<b>Ativo</b>			
Disponibilidades	5	<b>708</b>	10.314
Instrumentos financeiros		<b>919.435</b>	867.920
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	<b>6.640</b>	2.299
Títulos e valores mobiliários	6	<b>45.458</b>	33.070
Operações de crédito	7.a	<b>851.786</b>	824.640
Outros créditos	7.a	<b>15.551</b>	7.911
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.b	<b>(10.576)</b>	(11.124)
Operações de crédito		<b>(10.497)</b>	(11.085)
Outros créditos		<b>(79)</b>	(39)
Ativos fiscais		<b>21.405</b>	22.090
Correntes		<b>137</b>	186
Diferidos	20	<b>21.268</b>	21.904
Outros ativos	8	<b>92.117</b>	94.704
Recursos pendentes de recebimento		<b>57.621</b>	58.031
Pagamentos a ressarcir		<b>15.806</b>	14.956
Créditos diversos		<b>3.384</b>	4.539
Outros valores e bens		<b>15.306</b>	17.178
Investimentos		<b>10</b>	10
Imobilizado de uso	9	<b>2.744</b>	2.687
Imobilizações de uso		<b>4.356</b>	4.543
(Depreciação acumulada)		<b>(1.612)</b>	(1.856)
Intangível	9	<b>3.810</b>	3.134
Ativos intangíveis		<b>9.064</b>	8.330
(Amortização acumulada)		<b>(5.254)</b>	(5.196)
<b>Total do ativo</b>		<b>1.029.653</b>	989.735

	Nota	30/06/2021	31/12/2020
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		<b>629.012</b>	653.979
Depósitos	10	<b>193.380</b>	214.787
Depósitos interfinanceiros		<b>68.056</b>	119.032
Depósitos a prazo		<b>125.324</b>	95.755
Obrigações por emissão de letras financeiras	11	<b>26.312</b>	25.908
Obrigações por empréstimos e repasses	12	<b>409.320</b>	353.280
Dívida subordinada	13	-	60.004
Provisões	14	<b>1.100</b>	958
Obrigações fiscais correntes e diferidas	15	<b>4.355</b>	6.999
Outros passivos	16	<b>106.897</b>	116.922
Fornecedores		<b>3.159</b>	6.969
Salários e encargos		<b>4.915</b>	3.407
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		<b>540</b>	7
Fiscais e previdenciárias		<b>4.448</b>	4.138
Sociais e estatutárias		<b>4.021</b>	14.123
Recursos pendentes de recebimento (grupos encerrados)		<b>57.621</b>	58.031
Recursos não procurados		<b>13.402</b>	11.580
Outras obrigações diversas		<b>18.791</b>	18.667
Resultado de exercícios futuros	17	<b>1.344</b>	2.091
Patrimônio líquido	18	<b>286.945</b>	208.786
Capital social		<b>185.000</b>	135.000
Reservas de lucros		<b>14.900</b>	15.002
Ajustes de avaliação patrimonial		<b>41</b>	41
Lucros acumulados		<b>5.598</b>	-
Participação de não controladores		<b>81.406</b>	58.743
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.029.653</b>	989.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado

### Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por lote de mil ações/quotas)

	Nota	30/06/2021	30/06/2020
Receitas da intermediação financeira		<b>40.534</b>	26.969
Operações de crédito	19	<b>39.865</b>	25.710
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		<b>669</b>	1.259
Despesas da intermediação financeira		<b>(19.472)</b>	(13.568)
Operações de captação no mercado		<b>(5.411)</b>	(4.605)
Operações de empréstimos e repasses		<b>(14.098)</b>	(8.528)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e de outros créditos		<b>37</b>	(435)
Resultado bruto da intermediação financeira		<b>21.062</b>	13.401
Outras receitas/despesas operacionais		<b>23.689</b>	19.273
Receitas de prestação de serviços	21	<b>109.320</b>	86.616
Rendas de tarifas bancárias		<b>1.334</b>	987
Despesas de pessoal		<b>(15.507)</b>	(12.651)
Outras despesas administrativas	22	<b>(59.826)</b>	(44.976)
Despesas tributárias		<b>(13.568)</b>	(10.648)
Outras receitas operacionais	23	<b>5.438</b>	2.338
Outras despesas operacionais	23	<b>(3.502)</b>	(2.393)
Resultado antes dos tributos		<b>44.751</b>	32.674
Tributos sobre o lucro	20.a	<b>(16.195)</b>	(11.442)
Provisão para imposto de renda		<b>(10.596)</b>	(8.666)
Provisão para contribuição social		<b>(4.962)</b>	(4.091)
Ativo fiscal diferido		<b>(637)</b>	1.315
<b>Lucro líquido do semestre</b>		<b>28.556</b>	21.232
Atribuível a:			
Controladores		<b>5.893</b>	4.388
Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações		<b>184.195</b>	137.899
Lucro líquido por lote de mil ações – R\$		<b>0,032</b>	0,032
Não controladores		<b>22.663</b>	16.844
Quantidade de quotas do capital social (em milhares)		<b>30.000</b>	30.000
Lucro líquido por quota – R\$		<b>0,755</b>	0,561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do resultado abrangente

### Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro líquido no semestre	<b>28.556</b>	21.232
Outros resultados abrangentes – itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	(1)
Ganho (perda) atuarial – Randonprev	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos – Randonprev	-	(1)
<b>Total do resultado abrangente do semestre</b>	<b>28.556</b>	21.231
Resultado abrangente atribuível a controladores	<b>5.893</b>	4.387
Resultado abrangente atribuível a não controladores	<b>22.663</b>	16.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração do fluxo de caixa - método indireto

### Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	30/06/2021	30/06/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre	<b>28.556</b>	21.232
Ajustes ao resultado:		
(Reversão) constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	<b>(76)</b>	440
Constituição (reversão) de provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos	<b>39</b>	(5)
Constituição de provisão para riscos cíveis e trabalhistas	<b>142</b>	160
Constituição de provisão para outros pagamentos	<b>87</b>	300
(Reversão) de provisão de outros valores e bens	<b>(430)</b>	-
(Reversão) constituição de provisão com comissões	<b>(582)</b>	15
(Reversão) constituição de provisão para perdas com empréstimos	<b>(650)</b>	852
(Reversão) constituição de provisão de outras provisões operacionais	<b>(1.519)</b>	508
Custo dos ativos baixados	<b>19</b>	-
Depreciações e amortizações	<b>276</b>	184
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	<b>16.195</b>	11.442
Juros sobre dívida subordinada	<b>188</b>	1.058
Atualização monetária de processos judiciais	<b>-</b>	(91)
Lucro líquido ajustado	<b>42.245</b>	36.095
Variações nos ativos e passivos	<b>(9.191)</b>	(77.745)
Redução em títulos e valores mobiliários	<b>33.614</b>	2.595
(Aumento) em operações de crédito	<b>(27.657)</b>	(79.230)
(Aumento) em outros créditos	<b>(6.178)</b>	(4.003)
Redução em outros valores e bens	<b>2.301</b>	15
(Redução) em depósitos interfinanceiros	<b>(50.977)</b>	(25.205)
(Redução) em depósitos a prazo	<b>(16.531)</b>	(19.026)
Aumento em obrigações por emissão de letras financeiras	<b>405</b>	-
Aumento em obrigações por empréstimos e repasses	<b>56.040</b>	34.479
Aumento em outras obrigações	<b>540</b>	11.920
(Redução) aumento em resultados de exercícios futuros	<b>(748)</b>	711
Ajustes de avaliação patrimonial	<b>-</b>	(1)
Impostos pagos sobre o lucro	<b>(18.130)</b>	(12.581)
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades operacionais	<b>14.924</b>	(54.231)
Aquisição de imobilizado de uso	<b>(292)</b>	(1.835)
Aquisição de intangível	<b>(736)</b>	(781)
Fluxo de caixa (aplicado) nas atividades de investimento	<b>(1.028)</b>	(2.616)
Dividendos pagos	<b>(8.968)</b>	(1.910)
Dívida subordinada paga	<b>(60.193)</b>	(1.610)
Integralização de capital	<b>50.000</b>	60.000
Fluxo de caixa gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	<b>(19.161)</b>	56.480
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.265)</b>	(367)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	<b>12.613</b>	10.652
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	<b>7.348</b>	10.285
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.265)</b>	(367)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
		Legal	Estatutária					
Saldos em 1º de janeiro de 2020	75.000	1.947	6.676	15	-	83.638	32.181	115.819
Integralização de capital (Nota 18)	60.000	-	-	-	-	60.000	-	60.000
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	4.388	4.388	16.844	21.232
Destinação:								
Reserva legal	-	219	-	-	(219)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(1)	-	(1)	-	(1)
<b>Saldos em 30 de junho de 2020</b>	<b>135.000</b>	<b>2.166</b>	<b>6.676</b>	<b>14</b>	<b>4.169</b>	<b>148.025</b>	<b>49.025</b>	<b>197.050</b>
Saldos em 1º de janeiro de 2021	<b>135.000</b>	<b>2.365</b>	<b>12.637</b>	<b>41</b>	-	<b>150.043</b>	<b>58.743</b>	<b>208.786</b>
Integralização de capital (Nota 18)	<b>50.000</b>	-	-	-	-	<b>50.000</b>	-	<b>50.000</b>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	<b>5.893</b>	<b>5.893</b>	<b>22.663</b>	<b>28.556</b>
Dividendos AGO 13/04/2021	-	-	<b>(397)</b>	-	-	<b>(397)</b>	-	<b>(397)</b>
Destinação:								
Reserva legal	-	<b>295</b>	-	-	<b>(295)</b>	-	-	-
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>185.000</b>	<b>2.660</b>	<b>12.240</b>	<b>41</b>	<b>5.598</b>	<b>205.539</b>	<b>81.406</b>	<b>286.945</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

O Banco Randon S.A. ("Banco"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, sala 03, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul – RS, foi constituído em 26 de outubro de 2009 e atua sob a forma de banco múltiplo, sem carteira comercial, autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 14 de dezembro de 2009. Suas atividades operacionais tiveram início em 20 de julho de 2010 e atualmente opera com as carteiras de crédito, financiamento e investimento; investimento e de arrendamento mercantil.

Atualmente, as operações do Banco são voltadas às oportunidades geradas pelo conglomerado econômico financeiro, formado pelas Empresas Randon disponibilizando linhas de financiamento nas modalidades de BNDES-FINAME, CDC, *Floor Plan* e Vendor, empréstimos nas modalidades crédito pessoal e consignado, capital de giro, além de direitos creditórios descontados. Também são ofertados serviços financeiros tais como Cessão de Direitos Creditórios e Investimentos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A Randon Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), sediado na Avenida Rubem Bento Alves, n.º 1469, Bairro Interlagos, em Caxias do Sul-RS, tem como objetivo a administração de grupos de consórcio par aquisição de bens de consumo duráveis. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro.

	Direto	Controladores Indireto	Grupo econômico
Banco	Randon Investimentos Ltda.	Randon S.A. Implementos e Participações	Dramd Participações e Administração Ltda.
Administradora	Randon S.A. Implementos e Participações	Dramd Participações e Administração Ltda.	-

Em atendimento à Resolução CMN n.º 4.280/2013, essas empresas estão consolidando suas demonstrações financeiras para fins de apresentação do Conglomerado Prudencial.

### 1.1. Impactos Covid-19

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde ("OMS") anunciou uma emergência de saúde global devido a um surto de Coronavírus (COVID-19) originário de Wuhan na China, atentando para os riscos na comunidade internacional, considerada a capacidade de o vírus se espalhar globalmente, indo além do seu ponto de origem. Em março de 2020, a OMS classificou o surto de COVID-19 como uma pandemia.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial estão mantendo todas as medidas necessárias para proteção dos funcionários e auxílio no combate à Covid-19. Entre as medidas adotadas destacamos: a medição de temperatura e nível de oxigenação de funcionários, disponibilização de máscaras, intensificação da higienização dos ambientes coletivos, além da adoção de trabalho à distância.

Além disso, o Banco ofereceu a flexibilização de pagamentos em razão dos impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19, com a Linha BNDES de Renegociação Emergencial (Circular SUP/ADIG BNDES n.º 11/2020 de 23 de março de 2020), o que correspondeu a um aumento significativo no volume de renegociações de operações de FINAME efetivadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Nesse contexto, o Banco disponibilizou também a linha de crédito emergencial Peac (Lei n.º 14.042 de 19 de agosto de 2020 e Resolução CMN n.º 4.847 de 24 de agosto de 2020), que tem como objetivo facilitar o acesso a crédito e de preservar agentes econômicos.

Os montantes dessas operações, estão mencionados na Nota 7.h. e 7.d, respectivamente.

A administração avaliou os principais riscos e impactos contábeis, além das incertezas que poderiam afetar as referidas contabilizações e divulgações expressas nas demonstrações financeiras. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, as instituições que compõem o Conglomerado Prudencial não identificaram riscos à continuidade de seus negócios, às estimativas e julgamentos contábeis.

A administração entende que as demonstrações financeiras do semestre do Banco Randon S.A. e da Randon Administradora de Consórcios Ltda. não apresentam outros impactos relevantes no semestre findo em 30 de junho de 2021.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/2013 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

A presente demonstração financeira de 30 de junho de 2021 reflete as alterações previstas na Resolução BCB nº 2/2020 emitida pelo Banco Central do Brasil e Resolução nº 4.818/2020 emitida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco como entidade controladora consolidou suas demonstrações financeiras com as da Randon Administradora de Consórcio Ltda., somando os saldos de itens de mesma natureza, e eliminando o efeito de eventuais transações entre as entidades envolvidas. As demonstrações consolidadas foram elaboradas utilizando-se políticas contábeis uniformes para transações e eventos similares.

Para melhor entendimento das demonstrações financeiras consolidadas, segue abaixo resumo da consolidação:

	30/06/2021				
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido/Participação de não controladores	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro Líquido do 1º semestre
Banco	<b>907.082</b>	<b>701.543</b>	<b>205.539</b>	<b>907.082</b>	<b>5.893</b>
Administradora	<b>183.726</b>	<b>102.320</b>	<b>81.406</b>	<b>183.726</b>	<b>22.663</b>
Eliminações	<b>(61.155)</b>	<b>(61.155)</b>	-	<b>(61.155)</b>	-
Consolidado	<b>1.029.653</b>	<b>742.708</b>	<b>286.945</b>	<b>1.029.653</b>	<b>28.556</b>

	31/12/2020				30/06/2020
	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido/Participação de não controladores	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro Líquido do 1.º semestre
Banco	870.129	720.086	150.043	870.129	4.388
Administradora	165.707	106.964	58.743	165.707	16.844
Eliminações	(46.101)	(46.101)	-	(46.101)	-
Consolidado	989.735	780.949	208.786	989.735	21.232

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Diretoria em 27 de agosto de 2021.

### 3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional das instituições integrantes do Conglomerado Prudencial.

b) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, as quais são calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

A taxa de administração dos grupos de consórcio é reconhecida como receita na Administradora por ocasião do recebimento das parcelas conforme artigo 8º, § 2º da Circular BACEN nº 2.381/1993. As despesas de comissões de vendas das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião dos recebimentos das parcelas dos consorciados pela qual as comissões estão vinculadas e classificadas na rubrica "Outras despesas administrativas". As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

c) Caixa e equivalentes de caixa – Demonstração dos fluxos de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

A demonstração do fluxo de caixa pelo método indireto foi preparada e apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) *Títulos para negociação* - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) *Títulos disponíveis para a venda* - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e

- (iii) *Títulos mantidos até o vencimento* - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Operações de crédito

As operações de crédito (empréstimos, direitos creditórios descontados e financiamentos) e outros créditos (direitos creditórios sem coobrigação) estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00.

As operações de crédito pré-fixadas estão contabilizadas pelo valor até o vencimento reduzidas das rendas a apropriar, que são calculadas pelo método exponencial e apropriadas ao resultado, segundo regime de competência.

A atualização ("*accrual*") das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, são mantidas em rendas a apropriar.

As baixas das operações de crédito contra prejuízo ("*write-offs*") são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no *rating* "H", desde que apresentem atraso superior a 180 dias. O controle destes valores ocorre em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não sendo mais registradas em contas patrimoniais.

Para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos prazos, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/99.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos pelo BACEN nas Resoluções CMN nºs 2.682/99 e 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas quando da data da renegociação. As renegociações que já haviam sido baixadas contra provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes de renegociações somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "*pro rata*" dia incorridos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar, quando aplicáveis.

## i) Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, líquido de provisão para perdas, quando aplicável.

## j) Ativos não financeiros mantidos para venda

Em alguns casos, os bens são reintegrados após a execução dos créditos inadimplentes. Bens reintegrados são mensurados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, com base em laudo de avaliação e demais critérios estabelecidos na Resolução nº 4.747/19 do CMN e Resolução BCB nº 5/2020, sendo os montantes registrados em "Ativos não financeiros mantidos para venda".

## k) Imobilizado de uso

Demonstrado ao valor de custo. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens com base em laudo de avaliação técnica e demais critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.535/16 e Resolução BCB nº 6/2020.

## l) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos (licenças de uso de *software* e sistemas de processamentos de dados) que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção. Está demonstrado ao valor de custo, ajustado por amortizações acumuladas mencionadas na Nota 9, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, e levam em conta sua vida útil-econômica com base em laudo de avaliação técnica, bem como os demais critérios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.534/16 e Resolução BCB nº 7/2020.

## m) Redução ao valor recuperável de ativo

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida nas demonstrações do resultado pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

## n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

## o) Obrigações por empréstimos e repasses, letras financeiras e dívida subordinada

As operações com cláusulas de atualização monetária e as operações com encargos pré-fixados estão registradas a valor presente, líquidas dos custos de transação incorridos, calculadas "pro rata" dia com base na taxa efetiva das operações.

p) Ativos e passivos contingentes

De acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09:

- Ativos contingentes - são reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

- Passivos contingentes - são representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. A provisão é reconhecida para a parte da obrigação para a qual é provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. São constituídas provisões levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevante, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

q) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Os valores demonstrados incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base "pro rata" dia) incorridos, assim como provisão para perda, quando julgada necessária.

r) Créditos tributários, impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social -PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo. Em 1º de julho de 2021 a alíquota da contribuição social para as instituições financeiras foi majorada de 20% para 25%. A partir de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição social retorna para 20%.

Os créditos tributários e obrigações tributárias diferidas referentes a imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporárias indedutíveis entre o resultado contábil e o fiscal, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. De acordo com o disposto na Resolução BCB nº 15/2020, bem como na Resolução CMN nº 4.842/2020, a expectativa de realização dos referidos créditos e obrigações, conforme demonstrado na Nota 20, está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico revisado e atualizado em 30 de junho de 2021.

s) Resultado de exercícios futuros

Referem-se a receitas de operações de crédito recebidas antecipadamente, que serão reconhecidas conforme os prazos dos contratos de financiamentos.

t) Resultado por ação/quota

O lucro líquido por ação ou quota é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação bem como número de quotas, na data dos balanços.

#### u) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida (Nota 28).

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira, aos empregados das Empresas Randon.

O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos.

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial reconhecem sua obrigação com o plano de benefício aos seus empregados, e, quanto aos custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas:

- Os custos com o plano de pensão, e dos benefícios pós-emprego adquiridos pelos empregados, são determinados atuarialmente, usando o método da unidade de crédito projetada e a melhor estimativa da administração da performance esperada dos investimentos do plano para fundos, crescimento salarial, idade de aposentadoria dos empregados. A taxa de desconto usada para mensurar as obrigações das Empresas Randon, com o pagamento dos benefícios de pós-emprego, baseia-se na taxa no mercado financeiro com perspectiva de longo prazo;
- Os ativos do plano de pensão são avaliados a valor de mercado;
- Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no resultado abrangente do exercício, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefício a Empregados;
- Reduções do plano resultam de alterações significativas do tempo de serviço esperado dos empregados ativos. É reconhecida uma perda líquida com redução quando o evento é provável e pode ser estimado, enquanto que o ganho líquido com redução é diferido até a sua realização.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, com o objetivo de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e das obrigações relacionadas com o plano. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano e taxa de crescimento da massa salarial.

Adicionalmente, consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pelas instituições, são baseadas em estudos de aderência realizado pelo atuário, como inflação de longo prazo compatível com os fluxos de pagamento das obrigações avaliadas, hipóteses de rotatividade e hipóteses de mortalidade e de inválidos.

#### v) Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada - contribuição definida, (Nota 28). Esses benefícios são registrados no resultado do semestre/exercício por ocorrência de uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

x) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado recorrente é aquele que está relacionado com as atividades características das instituições que compõem o Conglomerado Prudencial, ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele resultante de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro. A avaliação para resultado não recorrente é avaliada a cada semestre e em caso de ter algum evento será destacado em nota explicativa.

## 4. Estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As informações financeiras do Banco incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para riscos cíveis e trabalhistas, outras provisões e projeções de realização de créditos tributários. Na Administradora, as estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Na preparação destas informações financeiras, a Administração deve exercer, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis das empresas que compõem o conglomerado prudencial e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

Na Administradora, as estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes.

Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. A revisão das estimativas é avaliada pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício social, são destacadas a seguir:

a) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

No Banco, a provisão para perdas com operações de crédito e outros créditos é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando critérios de provisionamento definidos pelo BACEN nas Resoluções nrs. 2.682/99 e 2.697/00 associadas às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

b) Impostos diferidos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social são constituídos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social. No Banco, esses créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas de realização, considerando os requisitos expostos na Resolução nr. 4.842/2020 do CMN, e aplicados nos estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. A Administradora considera os procedimentos estabelecidos na Resolução BCB nr. 15/2020. Para maiores detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota explicativa 20.

### c) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial reconhecem provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributários. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### d) Provisão para perdas de empréstimos

A Administradora utiliza critérios específicos de provisão para calcular a perda de empréstimos a grupos. Os percentuais de provisão aplicados consideram o prazo como item fundamental para considerar a provisão de perda. A quantidade de perdas esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas.

### e) Provisões para comissão

Na Administradora, a provisão de comissão com vendas é reconhecida no momento em que ocorre a realização dos valores, e também onde temos a evidência e a confiabilidade de que a mesma irá se realizar efetivamente. O consorciado por ser um investidor e não um devedor, poderá efetuar diversas negociações, como: deixar de efetuar os pagamentos e ter sua cota cancelada, realizar negociações, como por exemplo: aditamentos, repactuações, e nestes casos o cliente fica adimplente, porém a parcela não é paga, realizar trocas de faixa para um crédito de maior ou menor valor, casos em que o valor da comissão altera, desistir da cota, entre outros.

### f) Provisão para promoção de vendas

A Administradora realiza campanhas que tem como objetivo incentivar e alavancar vendas. Dependendo das mudanças nas circunstâncias econômicas esta despesa pode não se realizar conforme o previsto, ou seja, o resultado será proporcional ao atingimento das metas.

## 5. Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2021	31/12/2020
Operações compromissadas – posição bancada		
Letras do Tesouro Nacional	<b>6.640</b>	2.299
Disponibilidades	<b>708</b>	10.314
Total	<b>7.348</b>	12.613
Circulante	<b>7.348</b>	12.613

Para fins da demonstração do fluxo de caixa, inclui, conforme CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, dinheiro em caixa, depósito bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento, na data de aquisição, igual ou inferior a 90 dias.

## 6. Títulos e valores mobiliários

Títulos para negociação	30/06/2021		31/12/2020		
	Sem vencimento	A vencer até 12 meses	A vencer acima de 12 meses	Valor de mercado (contábil)	Valor de mercado (contábil)
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	<b>30.624</b>	<b>3.136</b>	<b>33.760</b>	22.978
Fundos de investimento	<b>5.004</b>	-	-	<b>5.004</b>	5.734
Certificado de depósito bancário (CDB pós-fixado)	-	<b>6.694</b>	-	<b>6.694</b>	4.358
<b>Total</b>	<b>5.004</b>	<b>37.318</b>	<b>3.136</b>	<b>45.458</b>	33.070

O valor de mercado dos títulos públicos federais foi apurado com base na cotação obtida na Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

O valor de mercado dos títulos privados é correspondente aos preços dos ativos na CETIP – Mercados Organizados, e nas aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068 de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos para negociação devem ser apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

## 7. Operações de crédito

As informações da carteira em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 são assim sumarizadas:

### a) Composição da carteira por modalidade

	30/06/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
<b>Operações de Crédito</b>				
Empréstimos (a)	<b>24.151</b>	<b>2,78</b>	21.755	2,61
Direitos creditórios descontados	<b>34.235</b>	<b>3,95</b>	39.183	4,71
Financiamentos (b)	<b>793.400</b>	<b>91,48</b>	763.702	91,73
<b>Total</b>	<b>851.786</b>	<b>98,21</b>	824.640	99,05
Circulante	<b>506.126</b>	<b>58,36</b>	525.593	63,13
Realizável a longo prazo	<b>345.660</b>	<b>39,85</b>	299.047	35,92
<b>Outros créditos</b>				
Cessão de direitos creditórios sem coobrigação (c)	<b>15.551</b>	<b>1,79</b>	7.911	0,95
<b>Total</b>	<b>15.551</b>	<b>1,79</b>	7.911	0,95
Circulante	<b>15.551</b>	<b>1,79</b>	7.911	0,95
<b>Total da carteira</b>	<b>867.337</b>	<b>100,00</b>	832.551	100,00

(a) Composto por operações de empréstimo de crédito pessoal, crédito pessoal consignado e capital de giro.

(b) Composto por operações de financiamento com recursos BNDES/FINAME, CDC, Vendor e Compro (Floor Plan).

(c) Referem-se a títulos e créditos a receber com característica de concessão de crédito, contabilizados em outros créditos diversos.

## b) Diversificação da carteira por vencimento

	30/06/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Vencidos:	<b>1.296</b>	<b>0,15</b>	820	0,10
A vencer:				
Até 90 dias	<b>364.133</b>	<b>41,98</b>	403.686	48,49
De 91 até 360 dias	<b>156.248</b>	<b>18,02</b>	128.998	15,49
Acima de 361 dias	<b>345.660</b>	<b>39,85</b>	299.047	35,92
Total a vencer	<b>866.041</b>	<b>99,85</b>	831.731	99,90
Total	<b>867.337</b>	<b>100,00</b>	832.551	100,00
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito				
Circulante	<b>(6.399)</b>	<b>60,50</b>	(6.824)	61,35
Realizável a longo prazo	<b>(4.098)</b>	<b>38,75</b>	(4.261)	38,30
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<b>(10.497)</b>	<b>99,25</b>	(11.085)	99,65
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos				
Circulante	<b>(79)</b>	<b>0,75</b>	(39)	0,35
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos	<b>(79)</b>	<b>0,75</b>	(39)	0,35
Total provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<b>(10.576)</b>	<b>100,00</b>	(11.124)	100,00
Total da carteira líquida	<b>856.761</b>		821.427	

## c) Diversificação da carteira por nível de concentração

	30/06/2021		31/12/2020	
	R\$	% sobre total da carteira	R\$	% sobre total da carteira
Principal devedor	<b>20.397</b>	<b>2,35</b>	27.167	3,26
20 maiores devedores seguintes	<b>204.780</b>	<b>23,61</b>	235.038	28,23
Demais devedores	<b>642.160</b>	<b>74,04</b>	570.346	68,51
Total	<b>867.337</b>	<b>100,00</b>	832.551	100,00

## d) Composição da carteira por nível de risco

Nível de risco	% de Provisão Resolução CMN 2.682/99	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
AA	0,00%	<b>20</b>	-	-	-
A	0,50%	<b>310.167</b>	<b>1.551</b>	283.194	1.416
B	1,00%	<b>513.930</b>	<b>5.139</b>	516.040	5.160
C	3,00%	<b>28.830</b>	<b>865</b>	25.746	772
D	10,00%	<b>356</b>	<b>35</b>	138	14
E	30,00%	<b>3.085</b>	<b>926</b>	3.982	1.195
F	50,00%	<b>1.782</b>	<b>891</b>	1.733	866
G	70,00%	<b>72</b>	<b>50</b>	59	42
H	100,00%	<b>1.102</b>	<b>1.102</b>	1.659	1.659
<b>Total</b>		<b>859.344</b>	<b>10.559</b>	832.551	11.124

Nível de risco	Provisão Resolução CMN 4.855/20 (a)	30/06/2021		31/12/2020	
		Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$	Valor da carteira R\$	Valor da provisão R\$
A	0,50%	<b>793</b>	<b>1</b>	-	-
B	1,00%	<b>6.934</b>	<b>14</b>	-	-
C	3,00%	<b>266</b>	<b>2</b>	-	-
<b>Total</b>		<b>7.993</b>	<b>17</b>	-	-

<b>Total da carteira</b>	<b>867.337</b>	<b>10.576</b>	832.551	11.124
--------------------------	----------------	---------------	---------	--------

(a) Operações relacionadas ao Programa Emergencial de Acesso a Crédito (Peac), aonde a União assumiu parcialmente as garantias dos valores da operação e a provisão é permitida somente sobre a parcela do valor contábil cujo risco de crédito é detido pela instituição.

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	<b>11.124</b>	8.628
Constituição de provisão	<b>5.272</b>	12.847
Reversão de provisão	<b>(5.309)</b>	(8.395)
Créditos baixados contra prejuízo (b)	<b>(511)</b>	(1.956)
<b>Saldo final</b>	<b>10.576</b>	11.124

(b) Os créditos baixados contra prejuízo obedecem às práticas contábeis descritas na Nota 3.f.

## e) Composição da carteira por indexador

	31/06/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Operações pré-fixadas	<b>634.126</b>	<b>73,11</b>	633.899	76,14
Operações pós-fixadas	<b>233.211</b>	<b>26,89</b>	198.652	23,86
<b>Total</b>	<b>867.337</b>	<b>100,00</b>	832.551	100,00

## f) Composição da carteira por atividade econômica e tipo de cliente

	30/06/2021		31/12/2020	
	R\$	%	R\$	%
Indústria	<b>42.386</b>	<b>4,89</b>	40.847	4,90
Comércio	<b>267.962</b>	<b>30,89</b>	314.527	37,78
Serviços	<b>541.333</b>	<b>62,41</b>	468.612	56,29
Pessoa jurídica	<b>851.681</b>	<b>98,19</b>	823.986	98,97
Pessoa física	<b>15.656</b>	<b>1,81</b>	8.565	1,03
<b>Total</b>	<b>867.337</b>	<b>100,00</b>	832.551	100,00

g) No semestre findo em 30 de junho de 2021 foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$84 (R\$ 50 em 30 de junho de 2020).

h) No semestre findo em 30 de junho de 2021 foram renegociadas operações no total de R\$9.999 (R\$217.185 no semestre findo em 30 de junho de 2020). Do montante total renegociado no 1º semestre de 2020, R\$ 190.471 corresponde a renegociações de operações de FINAME efetivadas com base na Circular SUP/ADIG BNDES nº11/2020 de 23 de março de 2020, que se referem a medidas em função da COVID-19, e o saldo restante representam iniciativas do Banco devido a esta pandemia e outras negociações.

## i) Cessões de crédito

No semestre findo em 30 de junho de 2021, o Banco adquiriu através de cessão de direitos creditórios, sem coobrigação, R\$ 15.551 (R\$ 7.911 no exercício de 2020). Deste montante, R\$ 15.334 é referente a duplicatas de fornecedores das Empresas Randon, que geraram resultado de R\$ 452 no período e as demais operações são referentes a duplicatas de terceiros que geraram resultado de R\$ 6 no período. No semestre findo em 30 de junho de 2021 e exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram realizadas cessões de operações de crédito com coobrigação.

## 8. Outros ativos

	30/06/2021	31/12/2020
Recursos pendentes de recebimento (a)	<b>57.621</b>	58.031
Pagamentos a ressarcir (b)	<b>15.806</b>	14.956
Outros créditos diversos	<b>3.384</b>	4.539
Empréstimos a grupos encerrados	<b>27.434</b>	29.232
(-) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados (c)	<b>(25.497)</b>	(26.147)
Devedores diversos	<b>241</b>	259
Adiantamentos diversos	<b>160</b>	158
Adiantamento e antecipações salariais	<b>540</b>	326
Depósitos judiciais (Nota 14)	<b>506</b>	711
Outros valores e bens	<b>15.306</b>	17.178
Ativos não financeiros mantidos para venda, líquido de provisões (d)	<b>14.721</b>	16.693
Outros	<b>150</b>	150
Despesas antecipadas	<b>435</b>	335
<b>Total</b>	<b>92.117</b>	94.704
Circulante	<b>63.515</b>	75.802
Realizável a longo prazo	<b>28.602</b>	18.902

- (a) Referem-se a recursos a receber oriundos de cobrança judicial decorrentes de encerramentos dos grupos transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, sendo que, as respectivas obrigações de ratear os valores proporcionalmente entre os beneficiários, quando recuperados, estão registradas na conta de recursos pendentes de recebimento no passivo.
- (b) Referem-se a investimento em cotas de consórcio dos grupos administrados pela própria Administradora. Os valores estão distribuídos em grupos de imóveis e outros bens, sendo eles automóveis, máquinas e equipamentos agrícolas, carrocerias, caminhões e ônibus. Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o saldo em aberto estava composto de investimentos nos seguintes segmentos de consórcios:

Segmento	30/06/2021	31/12/2020
Bens imóveis	<b>11.697</b>	11.024
Bens móveis	<b>4.109</b>	3.932
<b>Total</b>	<b>15.806</b>	14.956

Em atendimento a Lei nº 11.795, de 8 de outubro de 2008, os créditos correspondentes a participação da Administradora em grupos de consórcios por ela administrados são atribuídos após a contemplação de todos os demais consorciados do Grupo, sendo desta forma integralmente registrada em ativo não circulante.

- (c) Provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

Referem-se a perda com empréstimos conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4.d, realizados a grupos de consórcios administrados pela Administradora, por meio de análise de situação financeira dos grupos tomadores onde a respectiva provisão de perda constituída pela Administradora tem como base uma política aonde ao final de 5 anos é realizada a provisão de 100% do empréstimo.

Movimentação da provisão para perda com empréstimos a grupos encerrados

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	<b>(26.147)</b>	(24.072)
Constituição de provisão	<b>(1.080)</b>	(4.109)
Reversão de provisão	<b>1.730</b>	2.034
<b>Total</b>	<b>(25.497)</b>	(26.147)

(d) Ativos não financeiros mantidos para venda

	30/06/2021			31/12/2020	
	Custo	Provisão para desvalorização	Provisão para despesa de venda	Custo líquido de provisão	Custo líquido
Imóveis	<b>16.339</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(434)</b>	<b>14.721</b>	16.693
Total	<b>16.339</b>	<b>(1.184)</b>	<b>(434)</b>	<b>14.721</b>	16.693

Os ativos recebidos em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores quando reintegrados, são considerados ativos não financeiros mantidos para venda. Os bens são mensurados e contabilizados pelo valor contábil bruto ou pelo valor justo do bem, líquido de despesas de venda, o que for menor, e destinados à alienação. As instituições que compõem o Conglomerado Prudencial mantêm ações necessárias e semestralmente realizam esforços necessários para a venda desses bens.

## 9. Imobilizado de uso e intangível

	30/06/2021			31/12/2020	
	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais depreciação/amortização %
Mobiliário	<b>1.928</b>	<b>(522)</b>	<b>1.406</b>	1.507	11,1 e 15,5
Equipamentos de processamento de dados	<b>1.687</b>	<b>(937)</b>	<b>750</b>	586	20 e 35,7
Equipamentos de comunicação e segurança	<b>143</b>	<b>(42)</b>	<b>101</b>	80	19,5 e 25,2
Veículos	<b>52</b>	<b>(52)</b>	<b>-</b>	-	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	<b>546</b>	<b>(59)</b>	<b>487</b>	514	10
Imobilizado de uso	<b>4.356</b>	<b>(1.612)</b>	<b>2.744</b>	2.687	
Sistemas de processamento de dados	<b>5.308</b>	<b>(4.995)</b>	<b>313</b>	251	-
Sistemas de processamento de dados – em desenvolvimento	<b>3.497</b>	<b>-</b>	<b>3.497</b>	2.883	-
Licenças e direitos autorais de uso	<b>259</b>	<b>(259)</b>	<b>-</b>	-	-
Intangível	<b>9.064</b>	<b>(5.254)</b>	<b>3.810</b>	3.134	25 e 49,3
Total do imobilizado de uso e intangível	<b>13.420</b>	<b>(6.866)</b>	<b>6.554</b>	5.821	

## 10. Depósitos

Em 30 de junho de 2021, os depósitos foram remunerados com taxas de 99% a 155% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) (99% a 183% no exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Além disso, existem depósitos a CDI mais spread fixo e a prazo pré-fixado remunerado a taxa de 7,35% ao ano. Nos depósitos existem operações com liquidez diária e outras com restrição de resgate. Os depósitos apresentam a seguinte distribuição de vencimentos:

	30/06/2021				Total	Total
	Circulante Até 12 meses	De 12 a 24 meses	Exigível a longo prazo De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Interfinanceiros	<b>50.472</b>	<b>17.584</b>	-	-	<b>17.584</b>	<b>68.056</b>
A prazo	<b>32.215</b>	<b>11.503</b>	<b>17.013</b>	<b>64.593</b>	<b>93.109</b>	<b>125.324</b>
<b>Total</b>	<b>82.687</b>	<b>29.087</b>	<b>17.013</b>	<b>64.593</b>	<b>110.693</b>	<b>193.380</b>

	30/12/2020				Total	Total
	Circulante Até 12 meses	De 12 a 24 meses	Exigível a longo prazo De 24 a 36 meses	Acima de 36 meses		
Interfinanceiros	101.777	17.255	-	-	17.255	119.032
A prazo	1.838	25.121	11.958	56.838	93.917	95.755
<b>Total</b>	<b>103.615</b>	<b>42.376</b>	<b>11.958</b>	<b>56.838</b>	<b>111.172</b>	<b>214.787</b>

## 11. Obrigações por emissão de letras financeiras

	30/06/2021		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira garantida – LTEL	<b>26.312</b>	-	<b>26.312</b>
<b>Total</b>	<b>26.312</b>	-	<b>26.312</b>

	31/12/2020		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira garantida - LTEL	25.908	-	25.908
<b>Total</b>	<b>25.908</b>	-	<b>25.908</b>

Em 28 de dezembro de 2020, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.795/20, o Banco efetuou empréstimo por meio da Linha Temporária Especial de Liquidez, através de emissão de Letra Financeira com garantia em ativos financeiros (LTEL-LFG) junto ao Banco Central do Brasil. A LTEL-LFG no valor de R\$25.900, com vencimento em 17 de dezembro de 2021, possui correção da Taxa Selic somada ao spread de 0,60% ao ano fixado pelo Banco Central do Brasil.

## 12. Obrigações por empréstimos e repasses

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2023.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: pré-fixadas de 5,12% a.a. até 5,52% a.a.

Os recursos internos para repasses no País representam captações de recursos junto à Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME) por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As operações contratadas, observadas as características de cada programa, possuem vencimentos mensais e trimestrais até o ano de 2026.

Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os encargos financeiros incidentes sobre obrigações por repasses são: (a) nas operações pós-fixadas de 6,30% a.a. a 7,14% a.a., com as variações do indexador TJLP; (b) nas operações pós-fixadas de 6,50% a.a. a 6,61% a.a., com as variações do indexador SELIC; (c) nas operações pré-fixadas de 0% a.a. até 20,46% a.a.; (d) operações pós-fixadas de 4,14% a.a. a 4,24% a.a., com as variações do indexador TLP/IPCA.

	30/06/2021				
	Até 3 meses	Circulante De 3 até 12 meses	Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – BNDES	<b>1.189</b>	<b>3.133</b>	<b>4.322</b>	<b>2.200</b>	<b>6.522</b>
Repasses do País – FINAME	<b>32.528</b>	<b>100.871</b>	<b>133.399</b>	<b>269.399</b>	<b>402.798</b>
<b>Total</b>	<b>33.717</b>	<b>104.004</b>	<b>137.721</b>	<b>271.599</b>	<b>409.320</b>

	31/12/2020				
	Até 3 meses	Circulante De 3 até 12 meses	Total	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Repasses do País – BNDES	1.195	3.450	4.645	4.233	8.878
Repasses do País – FINAME	26.293	83.737	110.030	234.372	344.402
<b>Total</b>	<b>27.488</b>	<b>87.187</b>	<b>114.675</b>	<b>238.605</b>	<b>353.280</b>

### 13. Dívida Subordinada

	30/06/2021		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	-	-	-
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

	31/12/2020		
	Circulante Até 12 meses	Exigível a longo prazo Acima de 12 meses	Total
Letra financeira subordinada	4	60.000	60.004
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>60.000</b>	<b>60.004</b>

Em 17 de dezembro de 2013, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.192/13, o Banco efetuou operação de captação, através de emissão de Letra Financeira Subordinada junto à Randon S.A. Implementos e Participações, controladora das Empresas Randon. A captação de recursos no valor de R\$60.000, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possuía remuneração mensal de 100% do DI, pagos semestralmente a partir de 9 de julho de 2019. Em 04 de março de 2021, houve resgate antecipado do valor total da letra financeira.

## 14. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são partes em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributários.

Com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, é constituída a provisão para riscos cíveis e trabalhistas tendo em vista a existência de ações judiciais com probabilidade de perda provável.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 as ações judiciais classificadas como perda provável e possível atualizadas montam os valores de:

Natureza	Riscos trabalhistas, cíveis e tributários					
	Provável		Possível		Depósitos judiciais (Nota 8)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Trabalhista	<b>1.100</b>	958	<b>2.264</b>	837	<b>506</b>	711
Tributário	-	-	<b>225</b>	234	-	-
Cível						
Indenizatória	-	-	-	1	-	-
Ordinária	-	-	-	1.708	-	-
<b>Total</b>	<b>1.100</b>	958	<b>2.489</b>	2.780	<b>506</b>	711

	30/06/2021			31/12/2020		
	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Total	Circulante	Realizável/Exigível a longo prazo	Total
Depósitos judiciais (Nota 8)	<b>38</b>	<b>468</b>	<b>506</b>	-	711	711
Provisão para riscos trabalhistas	<b>358</b>	<b>742</b>	<b>1.100</b>	-	958	958

### Movimentação da provisão para riscos cíveis e trabalhista

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	<b>958</b>	825
Constituição de provisão	<b>157</b>	318
Reversão de provisão	<b>(15)</b>	(185)
<b>Saldo final</b>	<b>1.100</b>	958

## 15. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	30/06/2021	31/12/2020
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	<b>4.298</b>	6.944
Impostos e contribuições diferidos	<b>57</b>	55
<b>Total</b>	<b>4.355</b>	6.999
Circulante	<b>4.355</b>	6.999

## 16. Outros passivos

	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores e outros credores diversos (a)	<b>3.159</b>	6.969
Salários e encargos	<b>4.915</b>	3.407
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	<b>540</b>	7
Fiscais e previdenciárias (b)	<b>4.448</b>	4.138
Sociais e estatutárias	<b>4.021</b>	14.123
Recursos pendentes de recebimento - grupos encerrados (Nota 8.a)	<b>57.621</b>	58.031
Recursos não procurados (c)	<b>13.402</b>	11.580
Outras obrigações diversas	<b>18.791</b>	18.667
Saldo remanescente de grupos a pagar (d)	<b>5.398</b>	5.785
Provisões para pagamento de comissões	<b>6.443</b>	5.860
Provisão programa de incentivo de vendas	<b>5.240</b>	5.240
Outros débitos (e)	<b>1.710</b>	1.782
<b>Total</b>	<b>106.897</b>	116.922
Circulante	<b>105.912</b>	115.920
Exigível a longo prazo	<b>985</b>	1.002

(a) Referem-se a repasse de recursos FINAME, adiantamento na venda ativo não financeiro e outros fornecedores.

(b) Referem-se a impostos e contribuições a recolher.

(c) Referem-se aos recursos a devolver a consorciados desistentes, excluídos e provenientes de rateios de saldos, transferidos para a Administradora e mantidos à disposição dos participantes desses grupos encerrados, os quais são atualizados monetariamente, com base em aplicações financeiras indexadas ao CDI.

(d) Referem-se a obrigações decorrentes de encerramentos dos grupos de consórcio cujos recursos foram transferidos para a Administradora, conforme determina a Circular nº 3.432/09 do Banco Central do Brasil, atualizadas de acordo com os rendimentos proporcionados pelas aplicações dos recursos.

(e) Referem-se a outras provisões para pagamentos a efetuar, sendo elas outras despesas administrativas e outros pagamentos, e outros débitos.

### Movimentação da provisão para pagamento de comissões

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	<b>5.860</b>	6.624
Constituição de provisão	<b>25.210</b>	34.581
Reversão de provisão	<b>(24.627)</b>	(35.345)
<b>Saldo final</b>	<b>6.443</b>	5.860

**Movimentação da provisão programa de incentivo de vendas**

	30/06/2021	31/12/2020
Saldo inicial	<b>5.240</b>	1.098
Constituição de provisão	-	4.760
Reversão de provisão	-	(618)
Saldo final	<b>5.240</b>	5.240

**17. Resultado de exercícios futuros**

	30/06/2021	31/12/2020
Comissão por financiamento	<b>1.344</b>	2.091
Total	<b>1.344</b>	2.091

As comissões por financiamento representam receitas de encargos financeiros de operações de crédito pagas antecipadamente pela Randon S.A. Implementos e Participações e outras Empresas Randon. A comissão é apurada pela diferença entre a aplicação da taxa de juros praticada pelo Banco e a taxa de juros estabelecida pela promoção da conveniada nas modalidades de financiamento de Vendedor, CDC e Comprovar (*Floor Plan*), conforme contratos de convênio para financiamento firmado entre as Empresas Randon.

**18. Patrimônio líquido**
**a) Capital social**

Em 30 de junho de 2021, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$185.000 (R\$135.000 em 31 de dezembro de 2020), representado por ações ordinárias e preferenciais de domiciliados no país, todas nominativas e sem valor nominal, com a seguinte divisão:

	30/06/2021	31/12/2020
Ordinárias	<b>92.097.583</b>	68.949.435
Preferenciais	<b>92.097.583</b>	68.949.435
Total	<b>184.195.166</b>	137.898.870

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de março de 2021 e homologada junto ao BACEN em 16 de abril de 2021, foi autorizado o aumento do capital social em R\$50.000, mediante a emissão de 23.148.148 ações ordinárias e 23.148.148 ações preferenciais. O valor total foi integralizado em 11 de março de 2021.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de janeiro de 2020 e homologada junto ao BACEN em 11 de março de 2020, foi autorizado o aumento do capital social em R\$60.000, mediante a emissão de 29.126.214 ações ordinárias e 29.126.214 ações preferenciais. Do total, 50% foram integralizados em 08 de janeiro de 2020 e 50% em 16 de março de 2020.

**b) Dividendos e destinação dos lucros**

No Banco, as ações do capital social são asseguradas à distribuição de dividendos mínimos, obrigatórios, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício. O dividendo será pago ou creditado tendo por base a data da publicação da Ata de Assembleia Geral que aprovar as contas do respectivo exercício, conforme prazo definido no Estatuto Social. Em 30 de abril de 2021, foram pagos dividendos obrigatórios, no montante de R\$1.987, além de dividendos complementares, no montante de R\$397, os quais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 13 de abril de 2021, relativos à data-base de 31 de dezembro de 2020.

Na Administradora, ao término de cada exercício social o lucro líquido apurado, após as deduções e amortizações legais, será destinado como segue: (a) 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, serão distribuídos aos quotistas, a menos que de outra forma seja acordado pelas sócias; e, (b) o saldo será transferido para conta "Reserva geral de lucros", podendo, a critério dos quotistas, serem distribuídos como lucros adicionais ou capitalizados. No dia 19 de janeiro de 2021, em reunião de quotistas, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$6.584, correspondente a 20% do resultado de 2020, o valor foi integralmente registrado em dezembro de 2020 e o pagamento ocorreu em 25 de fevereiro de 2021.

No semestre findo em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram pagos dividendos conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
	Banco		Administradora	
Saldo no início do semestre/exercício	<b>1.987</b>	1.910	<b>6.584</b>	-
Dividendos complementares provisionados	<b>397</b>	-	-	-
Dividendos provisionados	-	1.987	-	6.584
Pagamentos realizados no semestre/exercício	<b>(2.384)</b>	(1.910)	<b>(6.584)</b>	-
Saldo atual no semestre/exercício	-	1.987	-	6.584

**c) Reserva legal**

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício limitada até 20% do capital social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404. Conforme regulamentado na Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987 do BACEN, foi constituída reserva legal para a data-base 30 de junho de 2021.

**d) Reservas estatutárias**

As reservas estatutárias são constituídas com o saldo remanescente do lucro líquido, após a distribuição dos dividendos e da constituição da reserva legal, e destina-se a investimentos e à manutenção do capital de giro, a qual terá o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

## 19. Receita da intermediação financeira – operações de crédito

	30/06/2021	30/06/2020
Empréstimos	<b>1.256</b>	722
Direitos creditórios descontados	<b>3.838</b>	2.233
Financiamentos	<b>34.687</b>	22.705
Recuperação de prejuízo	<b>84</b>	50
Total	<b>39.865</b>	25.710

## 20. Imposto de renda e contribuição social

### a) Conciliação do resultado de IRPJ e CSLL

A provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada pela aplicação de alíquota de 20% no Banco e 9% na Administradora, e a provisão para Imposto de Renda (IRPJ), pela aplicação de alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no ano (R\$120 no semestre).

No Banco, a partir de 1º de julho de 2021, a alíquota da contribuição social foi majorada de 20% para 25%. A partir de janeiro de 2022 a alíquota da contribuição social retorna para 20%.

	30/06/2021	30/06/2020
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>44.751</b>	32.674
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 20%, respectivamente – (Banco)	<b>(4.668)</b>	(2.664)
Encargos (imposto de renda e contribuição social) à alíquota nominal de 25% e 9%, respectivamente – (Administradora)	<b>(11.688)</b>	(9.034)
Adições permanentes	<b>(284)</b>	(237)
Exclusões permanentes	<b>298</b>	171
Outros ajustes	<b>147</b>	322
<b>Total</b>	<b>(16.195)</b>	(11.442)
IRPJ e CSLL provisão corrente	<b>(15.556)</b>	(12.753)
IRPJ e CSLL provisão diferida	<b>(2)</b>	(4)
IRPJ e CSLL ativo diferido	<b>(637)</b>	1.315
<b>IRPJ e CSLL registrados no resultado</b>	<b>(16.195)</b>	(11.442)
Alíquota efetiva	<b>36,19%</b>	35,02%

### b) Movimentação dos créditos tributários

A movimentação dos créditos tributários em 30 de junho de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Saldo em 01/01/2021	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2021
Adições temporárias				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	<b>5.036</b>	<b>2.805</b>	<b>(2.876)</b>	<b>4.965</b>
Receitas diferidas	<b>941</b>	<b>4.056</b>	<b>(4.325)</b>	<b>672</b>
Provisão para participação nos resultados	<b>1.762</b>	<b>1.373</b>	<b>(1.682)</b>	<b>1.453</b>
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	<b>921</b>	-	<b>(388)</b>	<b>533</b>
Provisão para riscos trabalhistas	<b>402</b>	<b>70</b>	<b>(5)</b>	<b>467</b>
Provisão para perda de empréstimos a grupos	<b>8.890</b>	<b>428</b>	<b>(649)</b>	<b>8.669</b>
Provisão para comissões	<b>1.992</b>	<b>8.572</b>	<b>(8.374)</b>	<b>2.190</b>
Outros	<b>1.960</b>	<b>414</b>	<b>(55)</b>	<b>2.319</b>
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>21.904</b>	<b>17.718</b>	<b>(18.354)</b>	<b>21.268</b>

	Saldo em 01/01/2020	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2020
<b>Adições temporárias</b>				
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	3.452	7.257	(5.673)	5.036
Receitas diferidas	522	8.738	(8.319)	941
Provisão para participação nos resultados	1.171	5.012	(4.421)	1.762
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	101	820	-	921
Provisão para riscos trabalhistas	305	302	(205)	402
Provisão para perda de empréstimos a grupos	8.184	1.695	(989)	8.890
Provisão para comissões	2.252	11.781	(12.041)	1.992
Outros	467	3.639	(2.146)	1.960
<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>16.454</b>	<b>39.244</b>	<b>(33.794)</b>	<b>21.904</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				
Randonprev avaliação atuarial	89	118	(12)	195

Os valores dos ativos apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	30/06/2021	31/12/2020
2021	<b>6.833</b>	8.964
2022	<b>4.833</b>	3.389
2023	<b>5.910</b>	4.622
2024	<b>1.852</b>	1.356
2025	<b>1.840</b>	3.573
Mais de 5 anos	-	-
<b>Total</b>	<b>21.268</b>	21.904

O valor presente dos créditos tributários, calculados em cada empresa considerando a taxa média de captação no Banco de 5,07% a.a. e pelos prazos acima descritos é de R\$6.745 (R\$7.108 em 31 de dezembro de 2020 à taxa de 2,88% a.a.), e na Administradora à taxa média de custo de capital de 11,83% a.a., no montante de R\$10.751 (R\$11.153 em 31 de dezembro de 2020 à taxa de 11,83%), com base nas projeções definidas pelo Banco e Administradora.

Em atendimento ao Art. 20, § 2º, V da Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos estão apresentados no ativo não circulante.

## 21. Receitas de prestação de serviços

	30/06/2021	30/06/2020
Receitas com taxa de administração – Administradora (*)	<b>109.263</b>	86.538
Outras receitas de prestação de serviços – Banco	<b>57</b>	78
<b>Total</b>	<b>109.320</b>	86.616

(\*) Refere-se, basicamente, a taxa de administração cobrada dos grupos de consórcio. A taxa de administração é cobrada dos participantes dos grupos, no ato do recebimento das prestações mensais para aquisição de bens, em média de 14,11% (14,50% em junho de 2020) sobre o valor da referida contribuição.

## 22. Outras despesas administrativas

	30/06/2021	30/06/2020
Comissões sobre vendas	<b>39.754</b>	27.977
Despesas de serviços de terceiros	<b>5.476</b>	3.312
Despesas de processamento de dados	<b>3.311</b>	1.189
Participação nos resultados	<b>2.396</b>	1.982
Despesas de promoções e relações públicas	<b>2.102</b>	4.190
Despesas de propaganda e publicidade	<b>1.742</b>	1.493
Perdas com empréstimos a grupos	<b>1.603</b>	594
Despesas de serviços técnicos especializados	<b>1.069</b>	723
Despesas de serviços do sistema financeiro	<b>397</b>	420
Despesas de aluguéis	<b>371</b>	197
Outras despesas administrativas	<b>1.605</b>	2.899
<b>Total</b>	<b>59.826</b>	44.976

## 23. Outras receitas e despesas operacionais

As contas de outras receitas e despesas operacionais possuem a seguinte composição:

	30/06/2021	30/06/2020
Reversão provisão para perdas com empréstimos a grupos	<b>1.730</b>	544
Taxa de manutenção de consorciados não localizados	<b>1.093</b>	638
Reversão provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda – Recebidos	<b>864</b>	-
Multa e juros recebidos	<b>725</b>	692
Variações monetárias	<b>627</b>	236
Reversão de provisões operacionais	<b>151</b>	2
Renda de aluguéis de ativos não financeiros mantidos para venda	<b>15</b>	78
Outras receitas operacionais	<b>233</b>	148
<b>Total outras receitas operacionais</b>	<b>5.438</b>	2.338
Provisão para perdas com empréstimos a grupos	<b>(1.080)</b>	(1.397)
Prejuízo na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	<b>(1.001)</b>	-
Provisão de despesas de vendas sobre ativos não financeiros mantidos para venda	<b>(434)</b>	-
Outras despesas eventuais	<b>(395)</b>	(403)
Outras despesas com ativos não financeiros mantidos para venda	<b>(243)</b>	(120)
Despesas com provisões operacionais	<b>(348)</b>	(471)
Outras despesas operacionais	<b>(1)</b>	(2)
<b>Total outras despesas operacionais</b>	<b>(3.502)</b>	(2.393)

## 24. Transações com partes relacionadas

### a) Transações e saldos

	Ativo					
	Títulos e créditos a receber		Outros Créditos		Diversos	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	<b>2.386</b>	1.229	<b>(12)</b>	(6)	<b>2</b>	-
Randon Veículos Ltda.	-	-	-	-	-	55
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	<b>6.502</b>	3.372	<b>(33)</b>	(17)	-	-
Fras-le S.A.	<b>872</b>	-	<b>(4)</b>	-	-	-
Freios Controil Ltda.	<b>1.455</b>	1.207	<b>(7)</b>	(6)	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	<b>375</b>	298	<b>(2)</b>	(1)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	<b>3.744</b>	1.805	<b>(19)</b>	(9)	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	-	-	-	5
DRAMD Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	-	<b>1</b>	7
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	1
<b>Total</b>	<b>15.334</b>	7.911	<b>(77)</b>	(39)	<b>3</b>	68

	Passivo							
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada (Nota 13)		Credores diversos		Bônus por financiamento (*)	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	<b>(10.391)</b>	(831)	-	(60.004)	-	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	<b>(7)</b>	-	-	-
Empresas Randon	-	-	-	-	-	-	<b>(1.344)</b>	(2.091)
<b>Total</b>	<b>(10.391)</b>	(831)	-	(60.004)	<b>(7)</b>	-	<b>(1.344)</b>	(2.091)

(\*) Refere-se à equalização de taxa paga pelas Empresas Randon para incentivo ao financiamento de seus clientes nas modalidades de financiamento de Vendor, Compror (*Floor Plan*) e CDC (Nota 17).

	Resultado							
	Despesa							
	Depósitos a prazo		Dívida subordinada		Administrativas		Provisão para outros créditos diversos	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	<b>(347)</b>	(733)	<b>(189)</b>	(1.058)	<b>(3.268)</b>	(2.024)	<b>(6)</b>	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	-	-	<b>(1)</b>	-
RAR Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	-	-	<b>(7)</b>	(69)	<b>(10)</b>	-
Fras-le S.A.	-	-	-	-	-	-	<b>(2)</b>	-
Freios Controil Ltda.	-	-	-	-	-	-	<b>(4)</b>	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	-	-	<b>(5)</b>	(5)	<b>(17)</b>	-
Dramd Participações e Administração Ltda.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Rasip Alimentos Ltda.	-	-	-	-	<b>1</b>	-	-	-
Conexo Serviços Digitais e Coworking Ltda.	-	-	-	-	<b>(45)</b>	-	-	-
Pessoas físicas	-	(29)	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>(347)</b>	(762)	<b>(189)</b>	(1.058)	<b>(3.324)</b>	(2.100)	<b>(40)</b>	-

	Resultado							
	Receita							
	Bônus por financiamento		Prestação de serviços		Rendas de operações de crédito		Outras receitas operacionais – Reversão provisão	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Randon S.A. Implementos e Participações	-	-	<b>20</b>	52	<b>70</b>	1	-	5
Randon Veículos Ltda.	-	-	-	3	-	-	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	<b>2</b>	2	<b>11</b>	-	-	-
RAR Corretora de Seguros Ltda.	-	-	<b>5</b>	6	-	-	-	-
Master Sistemas Automotivos Ltda.	-	-	<b>9</b>	3	<b>110</b>	-	<b>1</b>	-
Fras-le S.A.	-	-	<b>9</b>	5	<b>26</b>	-	-	-
Freios Controil Ltda.	-	-	<b>2</b>	3	<b>43</b>	-	-	-
Castertech Fundação e Tecnologia Ltda.	-	-	<b>7</b>	-	<b>192</b>	-	<b>1</b>	-
Empresas Randon	<b>9.575</b>	7.371	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9.575</b>	7.371	<b>54</b>	74	<b>452</b>	1	<b>2</b>	5

No Banco, as operações com partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato entre as partes. O acordo leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos negociados.

Na Administradora, as operações restringem-se à prestação de serviços administrativos, utilização de bens imóveis, contratos de mútuo, valor de conta aplicação, todos devidamente suportados por contratos entre as partes.

A Randon S.A. Implementos e Participações não possui investimento em cotas de grupos de consórcios mantidos pela Administradora em 30 de junho de 2021 (R\$192 em 31 de dezembro de 2020).

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração paga no semestre findo em 30 de junho de 2021 foi de R\$1.717 (R\$1.559 em 30 de junho de 2020), referente a benefícios de curto prazo. Os benefícios de longo prazo em 30 de junho de 2021 são representados por R\$92 (R\$126 em 30 de junho de 2020) e referem-se ao plano de previdência, conforme descrito na Nota 28.

O Banco não disponibiliza benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

No semestre corrente, a Administradora não pagou rescisão de contrato de trabalho e não possui programa de remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## 25. Instrumentos financeiros derivativos

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o Banco e a Administradora não possuem operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos em aberto.

## 26. Limite operacional (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras são obrigadas a manter permanentemente capital (patrimônio de referência), compatível com os riscos de suas atividades.

Em 30 de junho de 2021 o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial foi de 20,54%, estando bastante superior ao mínimo exigido.

Segue abaixo o cálculo dos principais índices:

	30/06/2021	31/12/2020
Patrimônio de Referência (PR)	<b>283.135</b>	229.654
Nível I (NI)	<b>283.135</b>	205.653
Capital Principal (CP)	<b>283.135</b>	205.653
Capital social	<b>215.000</b>	165.000
Reservas de capital	<b>43.266</b>	43.368
Lucros acumulados	<b>28.261</b>	-
Ganhos não realizados de ajuste de avaliação patrimonial	<b>418</b>	418
Perdas não realizadas de ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Ajustes prudenciais	<b>(3.810)</b>	(3.133)
Capital complementar	-	-
Nível II (NII)	-	24.002
Dívida subordinada	-	24.002
<b>Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>1.378.722</b>	1.328.242
Risco de crédito	<b>1.000.716</b>	968.177
Risco de mercado	<b>2.491</b>	4.707
Risco operacional	<b>375.515</b>	355.358
Risco de taxa de juros da carteira bancária	<b>12.431</b>	4.213
Margem de capital (*)	<b>172.837</b>	123.395
Índice de Basileia	<b>20,54%</b>	17,29%
Capital Nível I	<b>20,54%</b>	15,48%
Capital Principal	<b>20,54%</b>	15,48%

(\*) Margem de capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

## 27. Estrutura de gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital

A área de riscos do Banco em atendimento as Resoluções do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14 e 4.557/17, destaca os principais aspectos da estrutura de gerenciamento dos riscos operacionais, de mercado, de crédito, de capital, de liquidez e socioambiental utilizados pelo Conglomerado. As tabelas do Relatório de Pilar 3, aplicáveis ao Conglomerado, encontram-se disponíveis para consulta no endereço eletrônico [www.bancorandon.com.br](http://www.bancorandon.com.br).

### Risco de crédito

O risco de crédito corresponde a possibilidade de perdas financeiras decorrente do não cumprimento, por parte dos tomadores ou contraparte, das suas obrigações pactuadas. Para mitigação deste risco, adota-se políticas de concessão e gerenciamento de crédito baseadas, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

## Risco de mercado

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição. As exposições de risco de mercado são mensuradas e administradas através da apuração do valor de risco relativo ao descasamento de taxas entre as operações ativas e as passivas, e da adoção de limites, políticas e controles de acordo com as estratégias de negócio da instituição.

## Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Com a finalidade de gerir o risco operacional, a área responsável mitiga os riscos com base no levantamento dos processos, na adequação/ajustes destes, no cumprimento de normas e regras, na estrutura de monitoramento e detecção, no acompanhamento da implementação dos planos de ação, além de mapear os eventos de perda. Para fins de alocação de capital em atendimento aos requisitos de Basileia, o Conglomerado utiliza para risco operacional a Abordagem do Indicador Básico conforme circular nº 3.640/13 do BACEN.

## Risco de liquidez

O risco de liquidez é representado por descasamentos no fluxo de caixa, decorrente de dificuldades em se desfazer rapidamente de um ativo ou de obter recursos, afetando a capacidade financeira de honrar suas obrigações. Diariamente, através de projeções de fluxo de caixa, é monitorada a posição de liquidez com o objetivo de fornecer subsídios para decisões estratégicas, visando manter o nível de liquidez da Instituição, em patamares que garantam a solvência e a continuidade de seus negócios.

## Risco Socioambiental

Entende-se por Risco Socioambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Com o objetivo de mitigar a exposição a esse risco, foi criada a Política de Responsabilidade Socioambiental em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.327/14, e incorporada à variável socioambiental em suas atividades e em seus negócios.

## Gerenciamento do capital

O gerenciamento de Capital compreende o monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos ao qual o Conglomerado está sujeito. A estrutura de gerenciamento planeja suas metas de necessidade de capital considerando as melhores práticas de mercado e respeitando os objetivos estratégicos da instituição, bem como a complexidade e natureza de suas operações.

## 28. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

As empresas que compõem o Conglomerado Prudencial são patrocinadoras de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida e um benefício mínimo garantido, equivalente a 1 (um) salário básico contratual para cada 10 anos de serviço prestado às Empresas Randon, limitado a 30 anos, o que lhe dá a característica de um plano misto, pois conjuga características dos planos definidos e de contribuição definida.

O plano de previdência, gerido pelo Randonprev Fundo de Pensão, uma entidade fechada de previdência complementar, tem como objetivo principal a suplementação de renda pós-carreira aos empregados das Empresas Randon.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2020 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício de 2020 foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

Não houve mudanças significativas no plano, no número de participantes, na taxa de juros e nas premissas durante o período findo em 30 de junho de 2021, em relação aquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2020. As contribuições efetuadas no período montaram R\$227 (R\$228 em 30 de junho de 2020). O montante a pagar das contribuições mensais à Randonprev em 30 de junho de 2021 é de R\$91 (R\$97 em 31 de dezembro de 2020), registrado na rubrica de "Outras obrigações".

## 29. Resultado não recorrente

No Banco, o resultado não recorrente corresponde a:

	30/06/2021	30/06/2020
Eventos não recorrentes		
Efeito da alteração de alíquota de CSLL	(123)	-
Resultado não recorrente	(123)	-

### Conselho de Administração

Presidente: Alexandre Randon

Vice-Presidente: Jaime Marchet

Conselheiro: Geraldo Santa Catharina

## **Diretoria**

Diretor Superintendente: Joarez José Piccinini

Diretor Administrativo: Augusto Giongo Letti

Diretor Comercial: David José Teixeira Felix

## **Contadora**

Renata Elisa Zini Gil - CRC/RS-073143/O-1